de 13 a 17 de Fevereiro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2006. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

Despacho n.º 5101/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Fevereiro de 2006 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Doutor Nuno Alexandre de Carvalho Martins — autorizada a denúncia do seu contrato administrativo de provimento a partir de 1 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea a), do ECDU, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 392/96, de 22 de Novembro, como professor auxiliar convidado na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2006. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

Despacho n.º 5102/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 2006 do reitor da Universidade Nova de Lisboa:

Licenciada Ana Isabel Campas de Vasconcelos Leal Rios — autorizada a rescisão do seu contrato administrativo de provimento, a partir de 1 de Fevereiro de 2006, nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea c), do ECDU, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 392/96, de 22 de Novembro, como assistente convidada na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Fevereiro de 2006. — A Secretária, *Carmelina de Campos Machado Fernandes*.

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Despacho (extracto) n.º 5103/2006 (2.ª série). — Por despacho do director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical de 16 de Fevereiro de 2006, proferido por delegação de competências [despacho n.º 18 513/2005 (2.ª série), de 25 de Agosto]:

Aida Maria da Conceição Esteves, professora auxiliar deste Instituto — concedida equiparação a bolsista fora do País no período compreendido entre 5 e 12 de Fevereiro de 2006.

17 de Fevereiro de 2006. — A Secretária Executiva, *Maria José de Freitas*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Deliberação n.º 277/2006. — Por deliberação da secção permanente do senado, em sua reunião de 16 de Novembro de 2005, foi aprovado o seguinte:

Regulamento para o Reconhecimento Formal de Horas Lectivas em Educação Contínua na Universidade do Porto

A Universidade do Porto considera que a educação contínua é uma das componentes da sua missão, atendendo à importância que hoje tem a formação ao longo da vida para a actividade profissional dos cidadãos. As actividades de educação contínua na Universidade do Porto são realizadas observando o especificado no Regulamento para Criação, Acreditação Interna e Creditação de Acções de Formação Contínua na Universidade do Porto.

Contudo, as horas dispendidas em acções de formação contínua pelos docentes e investigadores da Universidade do Porto não merecem ainda um reconhecimento formal, tanto para os próprios como para as unidades orgânicas em que se integram, que traduza a importância que é atribuída pela Universidade a essa actividade.

Considerando-se que o reconhecimento formal é indispensável para, nas circunstâncias actuais, motivar uma adesão crescente a estas actividades, definem-se alguns princípios a observar para o reconhecimento formal das horas lectivas dispendidas em educação contínua na Universidade do Porto. O objectivo essencial deste reconhecimento é o de incentivar os docentes e investigadores da Universidade a participarem activamente, como formadores, em acções de formação contínua. Mas também motivar as unidades orgânicas a participarem de modo activo e empenhado no processo de educação contínua da Universidade.

O senado da Universidade do Porto delibera que, na atribuição de serviço docente e de horas de leccionação em acções de formação contínua aos docentes e investigadores, o órgão competente de cada unidade orgânica da Universidade do Porto deverá observar os princípios gerais expressos nos artigos seguintes:

Artigo 1.º

Serviço docente prioritário

O serviço docente referente a cursos financiados pelo Orçamento do Estado (licenciaturas, mestrados, doutoramentos e cursos de pós-graduação com um mínimo de 60 unidades de crédito) é prioritário, pelo que deverá ser totalmente distribuído pelos docentes e investigadores da unidade orgânica.

Artigo 2.º

Reconhecimento de horas lectivas de educação contínua como serviço docente

O valor médio semanal das horas lectivas prestadas no âmbito da educação contínua, em cursos creditados pela Universidade do Porto, é contabilizável para o serviço docente legalmente exigível.

Artigo 3.º

Uniformidade do serviço docente atribuído

Na atribuição do serviço docente referido nos artigos 1.º e 2.º deve haver a preocupação de garantir uma carga individual tão uniforme quanto possível em cada unidade orgânica.

Artigo 4.º

Remuneração adicional de horas lectivas de educação contínua

Poderão ser remuneradas adicionalmente, por receitas próprias e de acordo com o Regulamento de Prestação de Serviços ao Exterior, aprovado pelo senado da Universidade do Porto, as horas de docência em acções de educação contínua, creditadas ou não, que ultrapassem o serviço docente atribuído pelos órgãos de gestão da unidade orgânica, nos termos dos artigos 1.º e 2.º

Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no início do 2.º semestre do ano lectivo de 2005-2006.

16 de Novembro de 2005. — O Reitor, *J. Novais Barbosa*.

Edital n.º 98/2006 (2.ª série). — A Doutora Maria Isabel Amorim Azevedo, professora catedrática da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e vice-reitora da mesma Universidade, faz saber que, por seu despacho de 10 de Fevereiro de 2006, no uso de competência delegada publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 226, de 24 de Novembro de 2005, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para o provimento de uma vaga de professor associado do 8.º grupo, Clínicas Veterinárias, subgrupo B, Cirurgia Veterinária, do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar, desta Universidade.

Em conformidade com o estipulado nos artigos 37.º, 38.º, 41.º, 42.º e 43.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, observar-se-ão as seguintes disposições:

I — Ao concurso poderão apresentar-se:

- Os professores associados do mesmo grupo ou disciplina de outra universidade ou de análogo grupo ou disciplina de outra escola da mesma ou de diferente universidade;
- Os professores convidados do mesmo grupo ou disciplina ou de análogo grupo ou disciplina de qualquer escola ou departamento da mesma ou de diferente universidade desde que habilitados com o grau de doutor por uma universidade portuguesa, ou equivalente, e com, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço como docentes universitários;
- Os doutores por universidades portuguesas ou com habilitação equivalente, em especialidade considerada adequada à área da disciplina ou grupo de disciplinas para que foi aberto o concurso, que contem, pelo menos, cinco anos de efectivo serviço na qualidade de docentes universitários.

II — 1 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído com:

- Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas em qualquer das alíneas do capítulo I, designadamente certidão do doutoramento e certidão comprovativa do tempo

de serviço na qualidade de docente universitário, da qual constem, se for caso disso, os períodos de equiparação a bolsheiro usufruídos;

- b) 30 exemplares, impressos ou policopiados, do *curriculum vitae* do candidato, com indicação das obras e trabalhos efectuados e publicados, bem como das actividades pedagógicas desenvolvidas.

2 — Os candidatos deverão indicar no requerimento os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
b) Filiação;
c) Número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu;
d) Data e localidade de nascimento;
e) Estado civil;
f) Profissão;
g) Residência ou endereço de contacto.

3 — Não é exigida a apresentação de documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, bastando a declaração do candidato, sob compromisso de honra, no próprio requerimento ou em documento à parte, da situação precisa em que se encontra relativamente ao conteúdo de cada uma das seguintes alíneas:

- a) Nacionalidade;
b) Cumprimento dos deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
d) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

III — 1 — A Reitoria comunicará aos candidatos, no prazo de três dias, o despacho de admissão ou não admissão ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições para tal estabelecidas.

2 — No prazo de 30 dias úteis subsequentes ao da recepção do despacho de admissão, devem os candidatos apresentar os documentos indicados no artigo 44.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), sob pena de exclusão.

A este concurso é ainda aplicável o disposto nos artigos 46.º, 47.º, 48.º, 49.º, n.º 2, 50.º, 51.º e 52.º do ECDU.

IV — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente edital, que vai ser afixado nos lugares de estilo.

E eu, *Arnaldo António Gomes de Azevedo*, director de Serviços de Pessoal e Expediente, o subscrevi.

13 de Fevereiro de 2006. — A Vice-Reitora, *Maria Isabel Amorim Azevedo*.

Rectificação n.º 338/2006. — Em virtude de o mapa anexo à deliberação n.º 1157/2003, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 6 de Agosto de 2003, a p. 11 924, ter sido publicado com algumas imprecisões nas notas explicativas do quadro, rectifica-se que onde se lê:

- «(b) Seis lugares a preencher quando vagar um lugar de telefonista, dois de auxiliar administrativo e três de auxiliar de acção médica.
(c) Três lugares a extinguir e a converter em igual número de lugares de auxiliar técnico.
(d) Um lugar de telefonista a extinguir e a converter num lugar de auxiliar técnico.
(e) Lugares a extinguir e a converter em igual número de lugares de auxiliar técnico.»

deve ler-se:

- «(b) Seis lugares a preencher quando vagarem dois lugares de auxiliar administrativo e quatro de auxiliar de acção médica.
(c) Quatro lugares a extinguir e a converter em igual número de lugares de auxiliar técnico.
(d) Lugares a extinguir e a converter em igual número de lugares de auxiliar técnico.»

14 de Fevereiro de 2006. — O Reitor, *J. Novais Barbosa*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 5104/2006 (2.ª série). — Por despacho de 29 de Dezembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Mestre Rita Rodrigues Clemente Falcão de Berredo Couceiro da Costa, assistente convidada, além do quadro, com 20% do vencimento, da Faculdade de Engenharia desta Universidade — contratada, por conveniência urgente de serviço, como assistente convidada, além do quadro, com 30% do vencimento, da mesma Faculdade, com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2005 e pelo período de um ano, considerando-se rescindido o contrato anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

14 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 5105/2006 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Novembro de 2005 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Carla Sofia Rodrigues da Costa — contratada, por conveniência urgente de serviço, como professora auxiliar convidada além do quadro, com 20% do vencimento, da disciplina de Biologia Celular e Molecular da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a partir de 23 de Novembro de 2005 e pelo período de cinco anos. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

Relatório a que se refere o n.º 3 do artigo 15.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado em anexo à Lei n.º 19/80, de 16 de Julho, da contratação como professora auxiliar convidada a 20% da disciplina de Biologia Celular e Molecular da Doutora Carla Sofia Rodrigues da Costa.

O conselho científico da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em reunião de 15 de Junho de 2005, tendo analisado o *curriculum vitae*, bem como os pareceres emitidos pelos Doutores Deolinda Maria Lima Teixeira, professora catedrática, e Fernando Carlos Lender Schmitt, professor associado da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, e David C. Lyden, M. D., PhD, do Weill Medical College of Cornell University, USA, aprovou, por unanimidade, a sua contratação.

20 de Junho de 2005. — A Vice-Presidente do Conselho Científico, *Isabel Ramos*.

15 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 5106/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Fevereiro de 2006 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutora Amélia Assunção Beira de Ricon Ferraz, professora auxiliar além do quadro da Faculdade de Medicina desta Universidade — nomeada definitivamente professora associada do 5.º grupo (Sociologia Médica) da mesma Faculdade, com efeitos a partir da data da aceitação, considerando-se exonerada do lugar anterior a partir da mesma data. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.

Despacho (extracto) n.º 5107/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Fevereiro de 2006 do vice-reitor da Universidade do Porto, por delegação:

Doutor João Miguel Machado Dória Frazão, professor auxiliar convidado, além do quadro, com 30% do vencimento, da Faculdade de Medicina desta Universidade — reconduzido o contrato por mais cinco anos, com efeitos a partir de 7 de Dezembro de 2005. (Não carece de visto do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

15 de Fevereiro de 2006. — O Director de Serviços de Pessoal e Expediente, *Arnaldo Azevedo*.